

POR UMA ÉTICA DA HOSPITALIDADE EM *O FILHO DA MÃE*, DE BERNARDO CARVALHO

Paulo César S. OLIVEIRA¹

RESUMO: Este estudo parte da relação entre ficção e história e destaca a questão da hospitalidade na narrativa de *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho. A problematização do mundo da vida e da história se revestem de intensa crítica política aos valores da nação e da nacionalidade na narrativa carvalhiana, estendendo-se ainda às noções de identidade e subjetividade. O conceito de hospitalidade, conforme Jacques Derrida (2003); a ideia de *mathesis*, via Roland Barthes (1987); e o problema da modernidade líquida, estudado por Zygmunt Bauman (2001; 1999; 1998), nos auxiliam na análise das alegorias do *kunak* e da quimera, revelando possibilidades éticas em um mundo de clausura. A noção de literatura como passagem (HELENA, 2009) é essencial a essa reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Ficção; História; Realismo político; Identidade; Ética.

ABSTRACT: The relations between fiction and history is the core center of this study. Hospitality is the central theme in the analysis of the novel *O filho da mãe*, by Bernardo Carvalho. The *Lebenswelt* is compared to the historical thinking aiming at a critical and political reading of the nation, nationality and its values, as represented in Carvalho's narrative. Hospitality (DERRIDA, 2003); *mathesis* (BARTHES, 1987); liquid modernity (BAUMAN, 2001; 1999; 1998) and the notion of literature as "passage" (HELENA, 2009) are essential concepts to the theoretical basis of this article.

KEYWORDS: Fiction; History; Political realism; Identity; Ethics.

*Quando os cantores são assassinados e as canções
arrastadas aos museus e presas ao passado, a
geração atual torna-se ainda mais desolada, mais
abandonada e mais perdida, mais deserdada, no
sentido verdadeiro da palavra.*

Roman Jakobson (2006, p. 53).

A frase de Arthur Rimbaud, de 1871, "EU é um outro", encontrada na carta a Paul Déhemy, nos estimula a pensar não somente a poesia que o escritor anunciava como sendo nova, moderna, mas também como um "salmo da atualidade: CANTO DE GUERRA PARISIENSE" (RIMBAUD, 2015, p. 1). É de se registrar que a ideologia da guerra figurou em alguns dos manifestos das vanguardas e que as relações entre cantar e guerrear tenham sido elementos problemáticos no percurso da ideia modernista. Como podemos observar, a frase que gera em Rimbaud a reflexão entre canto e guerra é também reveladora de um eu que

¹ Doutor em Letras pela UFRJ e professor-adjunto de Teoria Literária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atua no Mestrado Profissional em Letras e no Mestrado Acadêmico em Estudos Literários. É autor de *Poéticas da distensão* (Edições Muiraquitã, 2010), dentro outras obras. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq "Poéticas da distensão" e vice-líder do Grupo CNPq "Nação e narração". E-mail: paulo.centrorio@uol.com.br.

canta agudamente o que lhe afeta e ao outro. Para Rimbaud (2015, p. 1), “o primeiro estudo do homem que se quer poeta é o conhecimento de si mesmo, inteiro; ele busca sua alma, ele a observa, tenta, aprende (instrui)”. Rimbaud está tratando da literatura nova ao mesmo tempo em que denuncia, na curvatura da modernidade, o advento de uma espécie de “alma monstruosa” (RIMBAUD, 2015, p. 1) que um poeta vidente pode enxergar na obscuridade de um tempo em que se deve promover o “desregramento de todos os sentidos” (RIMBAUD, 2015, p. 2). Essa atitude demolidora foi uma das matrizes da consciência moderna revolucionária e expressava a possibilidade de construção, ou reconstrução, de um homem novo e de uma inteligência nova pela qual o mundo da vida conseguiria suplantar as pulsões de morte, subordinando-as ao poder vital da ação do homem sobre si mesmo e sobre a realidade. Como se vê, à promessa de uma energia vital que se espalharia através da nascente modernidade do século XX e de seus ideais progressistas, sobrepuseram-se as guerras, atrocidades e holocaustos cujas proporções eram inimagináveis, até então. A produção de terror e morte abafaria os promissores cantos de liberdade que, como desde sempre, no percurso histórico do homem, seriam ouvidos, lado a lado, aos cantos de catástrofe.

A literatura contemporânea, quando se apresenta por meio de um olhar em retrospectiva, crítico e aglutinador, nos ajuda a problematizar no presente aquelas contradições anunciadas já no nascedouro da ideia modernista, especialmente quando se procurava pensar o eu e o outro como entidades enredadas nas malhas do sobressalto e do paradoxo.

Se por um lado a modernidade compreendeu e procurou se valer da vitalidade como um de seus pilares, também é certo que a constituição desses “eus” vitais esteve sempre exposta aos cataclismos de um século XX entrecortado por avanços notáveis no campo da ciência, da arte e do pensamento, mas ao mesmo tempo sublinhado pela produção sistemática de barbárie, cujos efeitos vão revelar, desde a banalização do mal e a constituição de tecnologias de terror até a diáspora forçada de sujeitos em busca de um lugar no mundo da promessa. Os dramas desses sujeitos se confundem com sua movimentação nas fronteiras mundiais, o que os inscreve na lógica por vezes cruel da migração e imigração. Deste modo, a construção de uma sociedade mais igualitária e com melhores oportunidades esbarra em estruturas de impedimentos de uma modernidade que se propôs dinâmica, plural e progressista, mas que, em muitas áreas do globo, se mostrou e mostra claudicante, excludente e atrasada.

Para pensarmos em como essas questões chegam, hoje, até nós, elegemos a leitura do romance *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho como ponto de partida e reflexão. Com ele, discutiremos os limites e alcances do texto literário quando tenta ficcionalizar o mundo da vida através da ideia de mobilidade, integração e respeito às diferenças, mas que, em contrapartida, se mostra também como um mundo de clausura, apagamento do outro e segregação, relações observadas nas tensões entre o eu e o outro que leremos como um dos eixos fundamentais da construção poética de *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho.

Primeiramente, ao observamos o conceito de obra aberta, que pode ser bem verificado no tratamento dado às múltiplas possibilidades de abordagem crítica do texto literário, entendemos de imediato que a série literária vai se articular com o mundo da vida

(*Lebenswelt*)² de forma que a força dos saberes, na acepção da *mathesis* pensada por Roland Barthes, nos faz relacionar o diálogo crítico do texto artístico com o mundo representado (BARTHES, 1987, p. 18). Vem da ideia de *mathesis* a noção de que a literatura, “quaisquer que sejam as escolas em nome das quais ela se declara, é absolutamente, categoricamente realista”, ou seja, ela “é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real” (BARTHES, 1987, p. 18) que torna o texto literário espaço privilegiado de construção, discussão e compreensão acerca dos saberes no mundo. Esse entendimento leva Barthes (1972, p. 35) a dizer que

[...] a análise estrutural, ocupada em distinguir e sistematizar as grandes articulações do discurso narrativo, comumente e ainda hoje, deixa de lado, ou porque rejeita do inventário (não se referindo a) todos os detalhes “supérfluos” (em relação à estrutura), ou porque trata esses mesmos detalhes [...] como “enchimentos” (catálises), afetados de um valor funcional indireto, na medida em que, sendo adicionados, constituem algum índice de caráter ou de atmosfera, e podem assim ser recuperados finalmente pela estrutura.

Barthes está tratando de uma espécie de “luxo da narração” inscrito nos atos de predizer e descrever o mundo da vida que a obra literária retoma ao recriá-lo por meio da ficcionalização. Se por um lado a estrutura geral do discurso narrativo se apresenta como preditiva, como em uma relação de causa e efeito, por outro, o caráter descritivo do discurso narrativo dispensa ou torna rarefeita essa marca. Para além do preditivo e do descritivo, a estrutura revela o caráter ideológico do texto literário, cuja conotação política expressa o que, na própria estrutura, já anuncia a natureza aberta da obra artística. Por meio dessas relações, o real surge na linguagem literária como um efeito produzido pelo próprio texto, dado que aquele real criado só por meio da escrita poderá ser reconstruído e, posteriormente, ressignificado através dos processos da leitura.

Em *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho (2009), é possível ver que a organização da narrativa ajuda seus leitores a esclarecer a tríplice aliança na qual o caráter preditivo dos signos apresentados se combina com a conjuntura descritiva ao rasurar, revelar e questionar, consequentemente, as configurações ideológicas, políticas e históricas do discurso. Richard Johnson (2004, p. 110) dirá que, quando transformamos determinadas abordagens e estruturas, os efeitos de tal mudança se refletem prontamente na cadeia discursiva: “Se a análise linguística levar em conta as determinações históricas, por exemplo, ou nos fornecer formas de analisar as operações de poder, a divisão entre os estudos da linguagem e os relatos concretos será rompida”. Daí a compreensão de que o mundo crítico do texto deve ser lido comparativamente ao texto crítico do mundo (OLIVEIRA, 2010), ou seja, os ininterruptos

² Não iremos aprofundar a questão filosófica do mundo da vida (*Lebenswelt*), conforme a pensaram Edmund Husserl e, mais recentemente, Jürgen Habermas. O termo será utilizado aqui, provisoriamente, no âmbito das relações entre experiência e vivência na estrutura romanesca de *O filho da mãe*, o que implica, futuramente, reconduzir essas questões inicialmente pensadas por Husserl a uma reflexão conceitual-filosófica apurada, o que no momento esbarra nas limitações deste artigo.

cruzamentos de fronteiras entre o real e o ficcional que vão configurar um imaginário devem ser compreendidos nos intercâmbios entre a seleção e a combinação de elementos que estruturam esse novo mundo ressignificado pelo texto literário. A preocupação com os aspectos contextuais concretos suscitados pela leitura não pode, entretanto, ignorar o horizonte de expectativas dos leitores, nem seu papel na (re) configuração desse imaginário traduzido em forma de reflexão crítica. Códigos e convenções sociais não podem ser lidos sem que se compreenda a forma como serão representados pela estrutura textual das obras ficcionais. Fatos de linguagem criam o real – apresentado, representado e reapresentado pelo/no texto.

Na leitura de *O filho da mãe*, por exemplo, o enredo central é construído em torno da trajetória de dois jovens, Andrei e Ruslan, e neles se concentra boa parte da focalização heterodiegética do romance. Andrei, filho de uma russa e de um brasileiro, é um recruta convocado pelo exército russo para lutar na Segunda Guerra da Tchetchênia; já Ruslan, filho de mãe russa e pai tchetcheno (saberemos que fora abandonado pela mãe, ainda criança, e cedo se tornará órfão de pai – Chackban, morto em serviço no exército), consegue escapar da guerra, ao fugir da Tchetchênia, com a ajuda da avó, Zainap, rumo à Rússia. Nesse contexto se dá o primeiro e turbulento encontro de Andrei e Ruslan, que logo se transforma em uma breve e trágica história de amor. Por meio da história dos dois rapazes, o leitor se verá enredado entre duas propostas de leitura fundamentais (e aparentemente contrapostas): a primeira diz respeito a uma ética da amizade e da hospitalidade, representada pela ideia do *kunak*, em que a vinda e aceitação do outro pressupõem o acolhimento incondicional; a segunda discute a questão da monstruosidade, espécie de híbrido indesejável que atende pelo nome de quimera, entidade portadora de má sorte, um mal que deve ser extirpado.

As imagens do *kunak* e da quimera são articuladas no texto de Carvalho por meio de estratégias ficcionais que apontam, dialogicamente, para aquele caráter preditivo e descritivo que Barthes identificou na representação literária. Na tradição popular tchetchena, o *kunak* representa o amigo que todos podemos encontrar, em um momento de perigo, e a quem temos a obrigação de salvar ou por ele sermos salvos. Já a quimera é descrita como um híbrido, o indesejável ser monstruoso, por conta de sua deformidade e estranheza, que devemos sacrificar para que se restaure a ordem do grupo ou da sociedade. Estendidas ao mundo da vida, *kunak* e quimera vão se revelando e compondo com as peripécias da narrativa que, pelo processo já descrito por Mikhail Bakhtin como dialogismo, estruturam o mundo social representado no romance, no caso do romance de Carvalho, como um espaço de apagamento do outro: é um mundo da busca por um lugar para as individualidades. Nesse sentido, a tese de Bakhtin se confirma em cada uma das personagens ou vozes que falam no romance, verdadeiras representantes de variadas classes sociais, expressões autênticas de uma configuração ideológica de mundo (Cf. BAKHTIN, 1988).

No nível da análise estrutural, essas duas grandes articulações do discurso romanesco encontrados na obra de Carvalho vão, pouco a pouco, delineando as grandes colunas semânticas que sustentam a obra, mas atentar para elas demanda também considerar detalhes aparentemente supérfluos na economia de seu discurso. A ideia de catálise, compreendida por Roland Barthes (1972) – adiamento, retardamento da ação narrativa – será suplementada pelos processos de plurissignificação e ambiguidade próprios do texto literário, como por exemplo nas narrativas autoconscientes ou nas obras que contrariam a própria organização

discursiva, impondo a ela impasses e desvios. Com isso, vislumbramos no texto de Carvalho um elenco de relações, intrínsecas ao mundo social com que dialoga e do qual provém.

Se o percurso da ação narrativa se apresenta como necessariamente descritivo, já que deve privilegiar os elementos encadeados da intriga, outra relação, de causa e efeito, estrutura no romance de Carvalho uma tensa relação (suplementar) dada pelos temas do *kunak* e da quimera. Por meio desses dois elementos, o romance sugere uma possível organização interpretativa que aqui reconheceremos em uma dominante: a do realismo político, expresso no trabalho de elaboração da linguagem ficcional operacionalizada por Carvalho. Aprofundemos essas reflexões.

No discurso, a posição de cada elemento na cadeia dos significantes determina suas relações com o todo significativo e essas relações serão perturbadas sempre que um desses elementos for alterado. A economia textual do texto literário não se dissocia desse esquema cooperativo entre cadeias de significantes e construções de significados. Todo texto pode ser traduzido pela linguagem que articula o mundo da vida com o que nele é representado. Essa “atração pelo mundo” – e podemos entender “mundo” como um contexto determinado, um campo composto de correspondências literárias e extraliterárias – se torna mais visível e passível de ser descortinada por meio dos atos de leitura que, produzidos pelo texto revelam o “efeito de real” (BARTHES, 1972) percebido na relação entre os signos, o que permite a descrição, o inventário, ao mesmo tempo em que revela externamente o leitor como agente central desse processo de reconfiguração do imaginário criado.

Os efeitos dessas interpenetrações são inferidos pelo leitor como um jogo do dentro/fora da linguagem. Ao reconhecer que nada pode existir fora do texto, o leitor percebe que há uma exterioridade, no entanto, suplementar. Como exemplo, digamos que, se o *kunak* representa no romance uma forma alegórica instituída pela estrutura romanesca para significar uma ideia expressa no texto como representação das possibilidades éticas em um ambiente de degradação das formas de convívio, no acréscimo e superposição de elementos e detalhes os efeitos dessa ação criadora convocam o pensamento crítico a despegar-se da catálise e, conseqüentemente, a conduzir a problematização do discurso para outras searas. No campo da ética, veremos que, historicamente pensada no paradigma do mundo de promessas de uma modernidade que elogia e diz privilegiar a alteridade, a diferença, a mobilidade, no entanto, vê-se na obra denúncias contundentes de estruturas de poder, vigilância, controle e violência que contrariam os estatuto da promessa. Com isso, o que encontramos são formas de intolerância, radicalismos e clausuras avultando no território da modernidade líquida, conforme cunhou Zygmunt Bauman. Coube a Carvalho ficcionalizar essa estrutura ausente, trazendo-a à cena, privilegiando na narrativa um domínio do realismo político por nós identificado.

A essa estrutura ausente, depreendida no tema do *kunak* e inferida na leitura do romance, antepõe-se uma outra, representada pelo pensamento da quimera. Como elemento de desordem e monstruosidade, ou seja, como aquilo que deve ser eliminado, posto que desestabiliza o mundo organizado, a figura da quimera expressa o incômodo da disformidade. Ela é uma perturbação constituída por um defeito, uma deformação, anomalia, o abjeto que desmente os pressupostos de um mundo instrumentalizado que se vende como aberto mas, ao

contrário, seleciona, separa, guetifica, distingue e, em última instância, apaga o estranho, elimina o estrangeiro que não se encaixa na lógica da integração.

Não por acaso, *O filho da mãe* concentra em seus processos de ficcionalização formas de reflexão sobre as invasões dos *barbaros*, do estrangeiro, do desconhecido que se apresenta como um corpo estranho na sociedade, pavor que leva à xenofobia e às demais fobias que excluem, pelo temor ou repulsa, o outro; como no caso de Ruslan, cuja singularidade o exclui, ao mesmo tempo, de sua cultura tchetchena de origem e da ascendência russa, por parte de mãe, o que o torna um híbrido indesejado. Deste modo, *O filho da mãe* também poderá ser lido como uma ficção que problematiza a condição de / do estrangeiro em um mundo que, ou rejeita categoricamente a hospitalidade, como nos estados autoritários, ou a trata sob a tutela de uma condicionalidade redutora e impositiva. Melhor dizendo, em relação ao caráter incondicional da ideia de hospitalidade, o romance discute a forma pela qual a alteridade será exposta a certas “condições”. Questões postas, estamos preparados para identificar pela leitura as estratégias do narrador heterodiegético do romance, que insere continuamente as imagens com que Ruslan associa o sexo e o amor às guerras, tornando-as chave de leitura do texto:

É possível que não se dê conta de que terminou por associar o sexo às ruínas e ao risco, à força de tê-lo descoberto em meio a uma guerra, e de buscá-las, as ruínas, sempre que encontra alguém, por ter sido obrigado a reconhecer nelas o cenário reconfortante do lar onde já não há possibilidade de reconforto (CARVALHO, 2009, p. 139).

Já no caso de Andrei, a focalização heterodiegética informa ao leitor que a “euforia silenciosa da personagem provém da descoberta e da estranheza, da novidade de intuir que ali, de alguma forma, em meio ao que resta do mundo perdido à sua volta, compartilha a memória afetiva do homem a seu lado” (CARVALHO, 2009, p. 139). Estranheza, novidade, perigo, risco: esses elementos se associam à ideia de ruína, comprovando a assertiva de Barthes (1972, p. 38) de que “tudo no discurso narrativo é significativo, e se não for, se subsistem no sintagma narrativo algumas regiões insignificantes, qual é definitivamente, se assim podemos dizer, a significação dessa insignificância?”. A questão da ruína pode ser lida apenas como um detalhe, um acréscimo aparentemente inútil ao discurso narrativo, entretanto, sob o aspecto da repetição instituída pela focalização, ela acaba por chamar a atenção do leitor-modelo para as possíveis aberturas interpretativas que essa contínua inserção provoca.

O mundo da guerra, portanto, terá como correlato o mundo da ruína. O mundo de Andrei e Ruslan é um mundo assombrado, do qual os dois jovens protagonistas só participam como em um pesadelo, seja através da experiência crua do sexo traduzida do real para a irrealidade do cotidiano opressivo, seja pela forma com que tentam sobreviver: Ruslan, na sombria São Petersburgo de perigo e crime e na Grózní em guerra; e Andrei, na São Petersburgo das trezentas pontes que dão em lugar algum. Para ambos, seja na São Petersburgo em reconstrução ou na arruinada Grózní, sobram os espaços de exceção, onde “os dois só podem existir no limite da inverossimilhança” (CARVALHO, 2009, p. 133).

Depuradas da análise textual, e conduzidas ao aspecto mais geral da estrutura romanesca de Carvalho, *kunak* e quimera são mecanismos textuais complementares à crítica política que vai pouco a pouco sendo delineada na narrativa de *O filho da mãe*. É nossa hipótese de trabalho de que os signos do *kunak* e da quimera – ao se endereçarem, de forma alegórica, para um domínio do realismo político no romance – se descolam do plano mais imediato da trama em si – que gira em torno do encontro entre os dois jovens amantes – para se estenderem ao mundo globalizado como uma voz crítica de suas configurações, expondo, dessa forma, as contradições de uma modernidade que se vê encurralada entre a mobilidade prometida e a clausura que se instaura nas práticas políticas, sociais e culturais hegemônicas.

Neste sentido, o romance pode ser lido como uma história de amor entre dois jovens, ao mesmo tempo em que aponta para uma representação alegórica dos limites e das possibilidades de (re) construção de uma nova ética planetária frente aos embates de uma modernização que oscila entre um deus da promessa e um outro que recusa as diferenças em nome da manutenção de uma ordem vigente.

Ilustremos essas afirmações com algumas questões levantadas por Milton Santos, quando identifica três formas de globalização em curso. Para Santos (2002), o mundo globalizado pode ser lido como fábula, perversidade e possibilidade. Como fábula, seria a globalização que se quer fazer crer, a das promessas de mobilidade e união por meio da aldeia global, em constante processo de deslocamento e transposição de fronteiras, capaz de “homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas” (SANTOS, 2002, p. 19). Como perversidade, percebemos os processos de generalização da pobreza, do desabrigo, da fome em escala mundial e a emergência dos novos fundamentalismos, uma “perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade”, problemas cuja raiz reside é o “presente processo de globalização” (SANTOS, 2002, p. 20). Finalmente, um projeto utópico que compreende o mundo como possibilidade deve propor uma “outra globalização”, que aproveita tanto o momento privilegiado da “mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes” (SANTOS, 2002, p. 20), como a concentração cada vez maior de pessoas em lugares cada vez menores, permitindo maior integração e trocas, promovendo o que Santos chama de “novo grande relato”. Ou seja: “De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história” (SANTOS, 2002, p. 21).

Por meio das figuras do *kunak* e da quimera, a narrativa de *O filho da mãe* estrutura intensa problematização em torno de um certo número de temas, dos quais os mais relevantes são os da nação, da nacionalidade, identidade e subjetividade. Com eles, queremos discutir a proposta de Lucia Helena (2009, p. 114), de uma nova chave de leitura que é “também uma re-configuração”, pela qual “a ruína revela-se o índice de um tipo de presença”, “manifesta-se como a presença, em fragmento, do que, embora passado e em desintegração, não desapareceu inteiramente”. Nos dedicaremos a esses “movimentos de passagem” pensados por Helena, e com eles buscaremos formas de diálogos com alguns campos teóricos cooperativos.

Ao analisar uma série expressiva de narrativas de escritores contemporâneos (J. M. Coetzee, João Gilberto Noll, Phillip Roth, Clarice Lispector, Ronaldo Lima Lins, dentre outros),

Helena (2009, p. 120) destaca um ponto em comum: “todos os personagens principais se inserem como figuras de um deslocamento”. Aproveitando as considerações de Helena a respeito desse circuito discursivo e estendendo-o à compreensão do romance *O filho da mãe*, veremos que os termos identidade e nacionalidade são correlatos ao processo de constituição da modernidade e dizem muito sobre o tipo de modernização operada no mundo globalizado, em sua fase líquida, conforme entende Zygmunt Bauman (2001). As personagens Andrei e Ruslan se movimentam nos espaços geográficos de um mundo de clausura, encenado ficcionalmente e representado criticamente pela cidade de São Petersburgo, que se torna uma espécie de metáfora da própria condição de vivência e sobrevivência dos sujeitos que por ela circulam. O espaço narrativo representado pela cidade pode ser compreendido na trama também como um elemento narrativo quase homólogo à construção e disposição dos personagens, dada a importância que assume na narrativa:

A cidade foi construída segundo a lógica da visibilidade total. Onde estão, diferentemente do que ocorre nos becos ao longo da linha do trem, e nos prédios com seus labirintos internos perto da praça Vostânia, só há palácios com fachadas intransponíveis e salões dourados, a maioria decrépita, onde no passado nobres e ricos se protegiam da visibilidade das ruas atrás de paredes de espelhos. As avenidas são chamadas de perspectivas. Foram abertas para dar vazão aos desfiles militares e às demonstrações de poder. Não importa se é o czar, o Estado soviético ou a polícia russa quem comanda a marcha. Não há onde se esconder nem para onde fugir. A cidade foi construída para ninguém escapar (CARVALHO, 2009, p. 132).

Em São Petersburgo, na “cidade onde tudo se vê”, as ruas funcionam como imensos observatórios e sua arquitetura propõe uma visibilidade total, o que denota o estado de tensão em que vivem os dois rapazes ao circularem pelos espaços públicos, já que, por razões particulares, cada um vive no *fora de lei* da lei. Ruslan é um jovem tchetcheno que entra ilegalmente no país em busca de condições materiais para escapar da Rússia e da guerra; Andrei torna-se um desertor do exército, uma vez que tem o dinheiro que deve levar ao quartel roubado por Ruslan. Conforme aponta o narrador, “juntos, eles podem parecer tudo, menos eles mesmos” (CARVALHO, 2009, p. 133). Seus lugares de habitação são esconderijos em prédios arruinados onde os dois jovens se protegem da visibilidade e do patrulhamento constante das ruas. Os espaços por onde se movem dão a justa medida do sistema de controle articulado e da vigilância sistemática a que os sujeitos estão expostos. Zygmunt Bauman chamou esses processos de vigilância e violência de produção “medo líquido”, que podem ser traduzidos também sob outra perspectiva, como se vê no aparelhamento contemporâneo de casas e condomínios com câmeras de segurança, guaritas, cercas eletrificadas, seguranças armados e outras estruturas que expressam as facetas do panopticismo contemporâneo. Tal estado de controle e vigilância permeia ainda as desigualdades sociais, que podem ser observadas no isolamento de populações inteiras em certas áreas da cidade, ou na autosegregação a que os sujeitos se impõem por conta do medo, como aqueles que se entrincheiram em suas moradias-fortaleza, ou ainda, mais amplamente,

como os que se deixam paralisar por pavor homólogo ao terrorismo: o ataque iminente, a supressão, a morte, a agressão ao corpo.

No romance, por meio da intertextualidade, Carvalho elabora, muitas vezes alegoricamente, a atmosfera punitiva e controladora da cidade ficcionalizada. Seja na referência a “O capote”, de Gógol; pela citação do poema “A mulher de lábios azuis”, de Anna Akhmátova: ou através das referências explícitas ao *Hadji Murad*, de Leo Tolstói e a *Pais e filhos*, de Ivan Turguêniev, os paradigmas de controle que a ficção cria e problematiza através da cidade-observatório que tudo vê aliam-se aos paradigmas literários que no passado também tematizaram o mesmo espírito aterrador presente em *O filho da mãe*.

A exemplaridade do estudo psicológico e da compreensão sociológica de um mundo opressivo foram essenciais à ficção russa de fins do século XIX, que alegorizava o mundo de então e de certa forma prenunciava o estado de exceção e terror que iriam configurar os programas de repressão stalinistas, em que vemos o predomínio de um mundo de clausura que o século XX amplificaria e faria chegar até os nossos dias. Se observarmos a sequência das referências intertextuais – de Nicolai Gógol, Leon Tolstói, Mikhail Lermontov e Ivan Turguêniev, e que chega a Anna Akhmátova – podemos dizer que *O filho da mãe* atualiza literariamente determinados paradigmas da literatura realista do século XIX e da poesia desencantada do início do século XX, com especial foco nos temas e textos da ficção russa.³

Em nossa leitura, à mobilidade prometida, a clausura dos sujeitos em trânsito, que se aventuram em uma travessia perigosa e fatal diz muito sobre o naufrágio da ideia de progresso e o romance de Carvalho espelha bem esses cataclismos. Não se trata de negarmos as demandas de nosso tempo, ou de generalizarmos aspectos problemáticos de um tipo de modernidade em crise e sim de explicitar aquilo que no romance se expressa e manifesta na trama. Não podemos deixar de interpretá-la como representação de uma visão desencantada do mundo. A movimentação dos sujeitos nos espaços da grande cidade moderna é representada no romance como uma experiência de sobressaltos. Os dois sujeitos protagonistas do romance transitam em um mundo de riscos, de espaços minados e as ruínas que compõem a paisagem dessa cidade sitiada apontam para o elemento trágico e para a tragicidade que ronda o mundo da promessa adiada.

³ Embora não seja nosso escopo neste artigo, é importante lembrar o texto seminal de Roman Jakobson, em *A geração que esbanjou seus poetas* (2006). Nesta obra, Jakobson biografou e contextualizou criticamente a morte dos poetas russos mais representativos das primeiras décadas do século XX: Aleksandr Blok (que definha, isolado, até a morte, em 1921); Nikolai Gúrmilov (fuzilado, também em 1921); Vielimir Khlebnikov (as privações o levaram à morte, em 1922); Sierguéi Iessiênin (suicidou-se, em 1925) e Vladimir Maiakóvski (suicidou-se em 1930), para ficarmos somente nesses nomes mais representativos. Com a década de 1930, acabaram-se os sonhos sobre uma possibilidade mais humana para o socialismo soviético. Os expurgos e as prisões em massa, os assassinatos cometidos pelo estado e a implantação de uma ditadura sangrenta que teve em Josef Stálin o símbolo maior levaram Jakobson a escrever um opúsculo que destoa de sua trajetória intelectual. Seu livro nos dá ciência dos rumos de uma modernização e de uma ascendência de um tipo novo de totalitarismo, que descambaria para os eventos trágicos que bem conhecemos na história do século XX e cuja culminância será a Segunda Guerra Mundial. Em trabalhos futuros, essas questões serão mais bem exploradas. Por ora, queremos inserir o romance de Bernardo Carvalho nessa sequência paradigmática de obras e autores que testemunharam os ocasos da modernidade histórica.

A geografia política moderna nos apresenta, política e espacialmente, uma cartografia problemática da nação, especialmente quando se trata dos destinos coletivos. Criticar a crise dos modelos de organização em torno da nacionalidade e das fronteiras entre os povos nos parece um dos elementos ficcionais essenciais à discussão que se trava no romance de Carvalho. Esse coletivo que identificamos por meio da ideia de nação – ou seja, essa comunidade imaginária que indiscriminadamente deveria abrigar, mas que, pelo fato de também discriminar acaba por enclausurar – deveria ser pautado por uma ética preferencialmente intersubjetiva. Uma espécie de possibilidade humana, que Lucia Helena (2012) chamou de “utopia do precário” parece dar o tom da reflexão ficcional em *O filho da mãe*. Em uma nota de pé de página no romance, Carvalho (2009, p. 39) assim define o termo *kunak*: “Segundo as tradições inguches, um estrangeiro, ou membro de outro clã ou de outra tribo, com quem se estabelece um pacto de proteção e fraternidade”. Esse pacto será ficcionalizado por Carvalho através das relações intertextuais articuladas em seu romance. A mais evidente será encontrada no diálogo entre *O filho da mãe* e *Hadji Murad*, de Leo Tolstoy, uma das pistas de leitura do romance, já que é a leitura favorita da personagem Andrei na escola (CARVALHO, 2009, p. 119). Naquele romance, Tolstói entregava ao leitor um misto de ficção e história, situando espacialmente sua narrativa na região do Cáucaso, no século XIX. Entretanto, é a temática do *kunak* que nos chama a atenção naquela obra, posto que Carvalho se apropria desta ideia para com ela dialogar, atualizando-a para o mundo social representado, ora pelos eventos da guerra da Tchetchênia ora pelos meandros da sociedade russa.

A ideia do *kunak* se mostra potencialmente transgressora em suas possibilidades humanas, éticas, mas não no sentido da transgressão como revolta violenta, dada a impossibilidade dos sujeitos transgressores de efetivamente ultrapassarem a ordem. O sentido dado à ideia do *kunak* pode desafiar a ordem ao opor à truculência da discriminação e do poder uma ética da hospitalidade. Essas potencialidades humanas são encenadas, tanto no *Hadji Murad*, de Tolstoy, quanto em *O filho da mãe*, de Bernardo Carvalho. Elas questionam nossa capacidade de nos colocarmos no lugar do outro, em favor da vinda do outro, criticando nossa omissão diante da dor do outro.

A possibilidade de estabelecimento dessa utopia precária, como afirmou Lucia Helena, pode ser uma resposta possível para o aprimoramento das relações humanas em tempos de desconstrução generalizada dos paradigmas que nos lança na visão desencantada do mundo da técnica, do mercado e da mercadoria, algo que também deve ser revisto, repensado, relativizado e problematizado. Contra a ameaça da instituição de um espaço de clausura, uma possibilidade humana se vislumbra nos “pequenos gestos” que fazem vibrar o melhor das atitudes humanas frente às diferenças e à convivência. É no exercício da hospitalidade que se articula uma “ética mínima” resistente a imperativos e impedimentos. Por isso, ela é necessária, pois nos faz recuperar, pela leitura da trama de Carvalho, uma ideia de amizade expressa pelas ações de Andrei na tentativa de salvar seu *kunak*, Ruslan. Não se trata de uma exemplaridade, nem de uma escrita de autoajuda, mas de uma imagem construída pelo texto na forma de um pressuposto engajamento, jamais panfletário.

As personagens Ruslan e Andrei encenam, cada uma a seu modo, as relações de amizade que norteiam as tradições tchetchenas e que atendem pelo nome de *kunak*. Para salvar o inesperado amigo que acabara de ser espancado, Andrei abre mão de seu passaporte quando o coloca nas roupas de Ruslan na esperança de ajudá-lo a imigrar. No entanto, Ruslan não resiste aos ferimentos e morre, frustrando assim a tentativa de Andrei, mas o ato de coragem e desprendimento de seu *kunak* fica para o leitor como uma metáfora das condições humanas representadas na obra.

O mundo anunciado logo nas primeiras páginas da narrativa é, de um lado, marcado por uma estrutura de impedimentos que barra atos de amor – como os de Andrei em relação a Ruslan – pois os considera obsoletos; de outro, este mundo é representado na figura de Ruslan, sujeito que personifica os efeitos nocivos da promessa adiada e da utopia barrada, mas que também alegoriza uma “globalização possível”, conforme o geógrafo e pensador Milton Santos advogou. As três formas de globalização pensadas por Santos – a da fábula, a da perversidade e a possível – de certa forma são tematizadas nos atos de fingir que identificamos em *O filho da mãe*, não somente na trama relacionada a Andrei e Ruslan, mas também através de cada uma das figuras de mães ali representadas: omissas, devotadas, mães sem filhos, ou que os perderam, avós que são mães, todas formam um mosaico discursivo singular. Nessa configuração, há representações de forças positivas e de afeto, mas que se encontram nitidamente em desvantagem.

Entretanto, não queremos ler *O filho da mãe* sob um prisma essencialmente niilista – a menos que seja sob o ponto de vista de um niilismo da vitalidade. Queremos investigar no romance de que formas um certo domínio do realismo na prosa de Carvalho expressa sua opção por ficcionalizar criticamente um mundo em transformação. As questões geopolíticas, históricas e culturais ligadas à ideia de nação, religião e raça perpassam o estudo das estruturas sociais representadas no romance e, à promessa de uma mobilidade transformadora, salvadora, identificamos a seu lado o recrudescimento do separatismo, da xenofobia e dos fundamentalismos religiosos. Mas o pensamento literário e os saberes expostos no romance não se paralisam neste enredamento.

Nos limites deste trabalho, apontaremos como matéria de reflexão aqueles elementos que formaram a base mais significativa dos Estudos Culturais e que podem ser traduzidos pela palavra tanto mais repetida quanto (de) negada: diferença. É por meio das políticas da diferença que a *outridade* toca os terrenos da psicanálise, dos estudos culturais e dos estudos literários. Podemos falar de uma antropologização do saber literário, já que o conhecimento oriundo dessas diversas disciplinas se infiltra no discurso literário por uma série de passagens, aberturas que nos orientam, através do pensamento crítico, acerca das frágeis relações interpessoais ficcionalizadas por Carvalho. Um mundo de Iúlias, Zainaps, Marinas, Andreis e Ruslans, que pareceria mais adequado às novas configurações éticas, amorosas e de desejo revela, no entanto, assincronias e dessimetrias estruturais em relação ao universo da promessa de mobilidade. No modelo que esses sujeitos ficcionais passam a representar – espécies de *kunaks* – deparamos a oportunidade de (re) construir as trezentas pontes alegorizadas por Carvalho: caminhos que ligam o eu ao outro; um eu que deve ir, não de encontro, mas ao encontro do outro na promessa de uma hospitalidade sincera.

Chegamos, então, ao encaminhamento central de nossas indagações: uma ética da hospitalidade pode dar conta das novas configurações humanas na paisagem contemporânea? Neste sentido, a fala de Jacques Derrida (2003, p. 5) é poeticamente reveladora:

A questão do estrangeiro não seria uma questão de estrangeiro? Vinda do estrangeiro? Antes de dizer *a* questão do estrangeiro, talvez se devesse precisar: questão *do* estrangeiro. Essa diferença de acento, como entendê-la? Existe, como dizíamos, uma questão do estrangeiro. É urgente abordá-la – como tal.

Para Derrida, antes de se tomá-la como um conceito ou tema, a questão do estrangeiro deve ser compreendida como questão vinda do próprio estrangeiro, por ele e a ele dirigida, ou seja, devemos compreender o estrangeiro, ao mesmo tempo, como aquele que coloca a questão e como o outro a quem se endereça essa questão. A proposta derridiana é a de partir do lugar do estrangeiro para se interrogar o estrangeiro. Neste sentido, a relação estabelecida entre eu e outro é sempre a de um posicionamento: como me coloco diante do outro, como o vejo, como o outro me vê e coloca a mim sua questão, para que eu possa questionar, tanto a mim como a ele?

Recorrendo à história, Derrida nos recordará de que na Atenas antiga o estrangeiro tinha acesso a tribunais, ou seja, havia um direito de hospitalidade jurídica. Mas não se tratava apenas de uma cidadania oferecida a alguém que não a tinha e sim de direito concedido ao estrangeiro que permanecia estrangeiro e que estava também exposto aos deveres de sua condição. Além disso, o direito à hospitalidade para o grego pressupunha de parte do estrangeiro, “uma casa, uma linhagem, uma família, um grupo familiar ou étnico recebendo um grupo familiar ou étnico” (DERRIDA, 2003, p. 35). Não se recebia, portanto, um anônimo, mas alguém identificado e ligado a um determinado grupo. Era preciso que o sujeito tivesse um nome e este nome o ligava a seu grupo familiar, clã ou etnia de origem, ou seja, aquilo que lhe era ofertado era, na verdade, uma “hospitalidade condicional”. Havia um pacto de aceitação que supunha a representação e a proteção do nome de família, o que tornava possível a hospitalidade. Para Derrida, aquela lei era paradoxal, pois o acolhimento condicional se devia a uma política do nome. Hoje, como substitutivo a ela, o filósofo propõe uma hospitalidade absoluta que rompa com a lei da hospitalidade condicional:

Em outros termos, a hospitalidade absoluta exige que eu abra minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro (provido de um nome de família, de um estatuto de família, de um estatuto social de estrangeiro etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe *ceda lugar*, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome. A lei da hospitalidade absoluta manda romper com a hospitalidade de direito, com a lei ou a justiça como direito. A hospitalidade justa rompe com a

hospitalidade de direito; não que ela a condene ou se lhe oponha, mas pode, ao contrário, colocá-la e mantê-la num movimento incessante de progresso; mas também lhe é tão estranhamente heterogênea quanto a justiça é heterogênea no direito do qual, no entanto, está tão próxima (na verdade, indissociável) (DERRIDA, 2002, p. 24-25).

Em tempos líquidos, a hospitalidade incondicional se manifesta mais como promessa do que como evento, acontecimento. Podemos trazer o exemplo atual dos refugiados, em sua tentativa de encontrar abrigo e solidariedade dentro do continente europeu e este mais novo drama nos recorda os recentes conflitos na Tchetchênia, bem representados no romance de Carvalho. Com isso, é possível termos uma pequena ideia da dimensão humana e trágica desses conflitos. A hospitalidade absoluta, exemplo máximo da tentativa desesperada de Andrei para salvar seu *kunak* (Ruslan), pode ser lida como um gesto performático de alta voltagem ficcional que, ao final do romance *O filho da mãe*, pode nos conduzir a algumas reflexões e chamar nossa atenção para as possibilidades humanas, em baixa no mercado comum da vida. Vejamos alguns outros exemplos desses movimentos ficcionais e críticos no âmbito da narrativa carvaliana.

Em uma breve passagem, o narrador heterodiegético faz o papel de observador ausente:

“Tudo está relativamente calmo, o que só faz aumentar a visibilidade dos dois. Mais do que qualquer outra, esta é uma cidade de risco, construída para permitir maior visibilidade às forças da ordem” (CARVALHO, 2009, p. 106). A calma da cidade e sua organização favorecem o controle e a vigilância, nos diz o narrador. A configuração espacial de São Petersburgo, como já vimos anteriormente, ao invés de propiciar a convivência harmônica e a segurança dos sujeitos no espaço público visa, ao contrário, tornar o espaço público visível o suficiente para que se exerça a vigilância e a punição. Desta forma, uma atmosfera de pesadelo e medo paira na cidade

[...] onde os recém-casados vêm posar para os fotógrafos em cima das pontes, os dois só podem existir no limite da inverossimilhança. Seu encontro só não é impossível porque eles de fato existem, são de carne e osso, ao contrário do fantasma do conto de Gogol que Andrei leu na escola (CARVALHO, 2009, p. 106).

A homologia entre o fato histórico marcante na trajetória de Ruslan – a guerra em sua Tchetchênia natal – e as novas formas de opressão e tentativas de sobrevivência na cidade de São Petersburgo trazem à sua memória as lembranças do regime social de violência física e psíquica que, tanto em Grózni quanto na cidade Russa, espelham as formas com que o personagem passa a agir e pensar no mundo circundante que o envolve:

É possível que não se dê conta de que terminou por associar o sexo às ruínas e ao risco, á força de tê-lo descoberto em meio a uma guerra, e de buscá-las, as ruínas, sempre que encontra alguém, por ter sido obrigado a reconhecer nelas o cenário reconfortante do lar onde já não há possibilidade de reconforto. Quando não há mais nada, há ainda o sexo e a guerra. O sexo e a guerra são o que todo homem tem em comum, rico ou pobre, educado ou não. O sexo e a guerra não se adquirem (CARVALHO, 2009, p. 139).

Já para Andrei, a confirmação da ética do *kunak*, ou, como vimos com Derrida, de uma hospitalidade absoluta, relaciona-se à reflexão em torno dos níveis de subalternidade a que ele e Ruslan estão expostos. Como elemento mais forte nessa cadeia de subalternizações, Andrei vê Ruslan como o amigo estrangeiro e desconhecido que deve ser acolhido (seu *kunak*): “A ideia de uma vulnerabilidade maior que a sua lhe desperta o amor” (CARVALHO, 2009, p. 139).

Na carta deixada por Ruslan a Andrei, que acaba sendo uma mensagem de despedida, lê-se: “As quimeras morrem para que sobreviva o pacto dos que não podem contar nem com Deus nem com os anjos” (CARVALHO, 2009, p. 160-161). Nas poucas vezes em que há menção a um deus ou a uma espécie qualquer de transcendência, Carvalho reafirma sua prosa imanente que discute a questão do humano sob os paradigmas do evento, da experiência, do acontecimento e das configurações históricas. Mesmo pessimista, sob uma certa ótica, podemos ler assertivamente a visão do autor, quando estabelece o mundo da vida como possibilidade para reconfigurações éticas fundamentais, urgentes na nova organização planetária. Conforme defende Derrida, devemos dizer sim

[...] *ao que chega*, antes de toda determinação, antes de toda antecipação, antes de toda identificação, quer se trate ou não de um estrangeiro, de um imigrado, de um convidado ou de um visitante inesperado, quer o que chega seja ou não cidadão de um outro país, um ser humano, animal ou divino, um vivo ou um morto, masculino ou feminino (DERRIDA, 2003, p. 69).

A salvação da quimera pelo *kunak*, a realização do irrealizável no mundo da lei, faz-se sob o signo da transgressão como forma de sobrevivência, de resistência à lei:

A lei, no singular absoluto, contradiz as leis no plural, mas cada vez é a lei *na lei* e cada vez *fora da lei* na lei. É isso, a coisa tão singular que se chamam as leis da hospitalidade. Estranho plural, gramática plural de *dois plurais diferentes ao mesmo tempo*. Um desses dois plurais diz as leis da hospitalidade, as leis condicionais etc. (DERRIDA, 2003, p. 73).

Finalizando, ainda com Derrida, diremos que a narrativa de Carvalho expressa, no âmbito da lei, da lei que se promove pela força, nas aporias da “injustiça justa”, da força de lei, uma necessidade de um “fora da lei na lei”, uma possibilidade ética que é transgressora:

Porque para o ser que ela *deve* ser, a hospitalidade não pode pagar uma dívida, nem ser exigida por um dever: grátis, ela não “deve” abrir-se ao hóspede nem “conforme o dever”, nem mesmo, para usar ainda a distinção kantiana, “por dever”. Essa lei incondicional da hospitalidade, se se pode pensar nisso, seria então uma lei sem imperativo, sem ordem e sem dever. Uma lei sem lei, em suma. Porque, se eu pratico a hospitalidade *por* dever [e não apenas *em conformidade com* o dever], essa hospitalidade de quitação não é mais uma hospitalidade absoluta, ela não é mais graciosamente oferecida para além da dívida e da economia, oferecida ao outro, uma hospitalidade inventada pela singularidade do que chega, do visitante inopinado (DERRIDA, 2003, p. 73).

A tentativa de salvação do outro está refletida na construção ficcional da personagem Andrei: nele, a possibilidade humana, ética e possível de uma hospitalidade incondicional, mas que está constantemente sob a ameaça da lei, se materializa nas políticas do acolhimento incondicional, equiparáveis ao amor. Amor carnal, espiritual, *philia*, ética da amizade na confirmação das possibilidades humanas que resistem na ideia do *kunak*, olhar compassivo para as quimeras – para nós mesmos, que também somos, em vários momentos, quimeras –, o romance deixa em aberto as respostas à questão que levou Zygmunt Bauman a escrever uma de suas obras (de que não trataremos aqui): a ética é possível num mundo de consumidores?

Na esteira do problema da hospitalidade incondicional, Derrida (2003, p. 133) recorreu à fabulação bíblica, lembrando a história de Ló, no “momento em que Ló parece colocar as leis da hospitalidade acima de tudo”. Ao hospedar dois estrangeiros, Ló incorpora as leis da hospitalidade absoluta, incondicional: “Para proteger *a qualquer preço* seus hóspedes, sendo chefe de família e pai todo-poderoso, ele oferece aos homens de Sodoma suas duas filhas virgens. Elas ainda não foram “penetradas” por homens (DERRIDA, 2003, p. 134). Com isso, Ló consegue salvar os estrangeiros, ainda que pelo sacrifício de suas filhas. Andrei tenta o mesmo, oferecendo-se em holocausto, sem sucesso.

As metáforas e alegorias de Carvalho não dão descanso a seus leitores. À possibilidade humana de uma ética planetária, ele nos coloca frente a um mundo sob a iminência do risco e do apagamento do outro (e de nós mesmos), já que “eu é um outro”, o que nos faz, de forma urgente, repensar as formas de organização do mundo da vida. A literatura contribui para o campo intelectual como uma fala a mais, não mais autorizada do que outras, entretanto, talvez seja ela mais apta, por conta de sua força de plurissignificação e de seu poder de trapaça salutar, a promover discursos que invocam a hospitalidade incondicional e uma ética da amizade que, uma vez inseridas nos paradigmas reflexivos de nosso tempo, podem se revelar formas e fontes de mudança e (re) aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 134-163.
- BARTHES, R. *Aula*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.
- _____. << O efeito do real >>. In: GENETTE, Gerard *et al.* *Literatura e Semiologia: pesquisas semiológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972, p. 35-44.
- BAUMAN, Z. *Vigilância líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BOURDIEU, P. << Campo intelectual e projeto criador >>. In: POUILLON, J. (Org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145.
- DERRIDA, J. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.
- HELENA, Lucia. *Náufragos da esperança: a literatura na era das incertezas*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.
- _____. << A literatura como passagem: reflexões em torno das ficções em desassossego >>. *Alea*, v. II, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 111-129.
- JAKOBSON, R. *A geração que esbanjou seus poetas*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- JOHNSON, R. << O que é, afinal, Estudos Culturais? >> In: SILVA, T. T. (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 07-131.
- LIEVEN, A. *Chechnya: tombstone of Russian power*. New Haven; London: Yale University Press, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MORETTI, Franco. << Conjectures on world literature >>. *New Left Review* 1, jan.-feb. 2000, 54-68.
- OLIVEIRA, P. C. S. *Poética da distensão: entre a transcrição da paisagem e a escritura do caminho*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.
- RIMBAUD, A. << Canto de guerra pariense. Carta a Paul Démeny >>. Disponível em: <http://www.salamalandro.redezero.org/wp-content/uploads/2007/07/Rimbaud-A-carta-do-vidente-Lettre-a-%CC%80-Paul-De-%CC%81meny.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2013.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

TOLSTOY, L. *Hadji Murad*. Mineola, New York: Dover Publications, 2009.